

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

O Essencial da Arquitetura e Urbanismo 2



Atena
Editora
Ano 2019

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

O Essencial da Arquitetura e Urbanismo 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Karine de Lima

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E78 O essencial da arquitetura e urbanismo 2 [recurso eletrônico] /
Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa (SP):
Atena Editora, 2019. – (O Essencial da Arquitetura e Urbanismo;
v. 2)

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-266-1
DOI 10.22533/at.ed.661191704

1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Urbanismo. I. Martins,
Bianca Camargo. II. Série.

CDD 720

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Nos dias de hoje, é muito discutido o papel social da Arquitetura e do Urbanismo. Por muitos anos, o papel social foi interpretado apenas como a arquitetura específica para as camadas populacionais de menor renda, sem acesso ao mercado formal de moradias – e de arquitetura. Porém, com a crise urbana em que vivemos atualmente, onde grandes parcelas da população não tem acesso às “benesses” do espaço urbano, essa discussão voltou à tona.

Muito mais do que levar a arquitetura para os mais necessitados, devemos reinventar nossa prática profissional para sermos os agentes transformadores da sociedade atual e enfrentarmos os desafios, sociais, políticos e econômicos que estamos vivenciando diariamente em nossas cidades.

Esta edição de “O Essencial de Arquitetura e Urbanismo 2” apresenta experiências das mais diversas áreas da arquitetura e urbanismo, como: arquitetura, ensino, conforto ambiental, paisagismo, preservação do patrimônio cultural, planejamento urbano e tecnologia. Assim, busca trazer ao leitor novos conceitos e novas reflexões para a prática da arquitetura e do urbanismo.

Neste contexto, é abordada desde as metodologias pedagógicas ativas a serem utilizadas no ambiente escolar até a compatibilização de projetos com o uso da Metodologia BIM (Building Information Modeling). A acessibilidade é abordada a partir de diversas perspectivas: desde um edifício isolado até a acessibilidade de uma cidade, evidenciando a importância da discussão nos dias de hoje. Cabe destacar também os estudos de análise de edificações culturais e de cenografia de exposições e performances. A relação da cidade com o seu patrimônio cultural é tratada em diversos capítulos, desde a gestão patrimonial até a utilização de cemitérios como espaços de memória – uma iniciativa prática que demonstra que a arquitetura, assim como a cultura, está em todos os lugares. Dou ênfase também à importância dada ao patrimônio imaterial, tema de extrema relevância e que é, muitas vezes, desvalorizado pelo poder público.

A discussão sobre a dinâmica dos espaços urbanos é extensa e deveras frutífera. Nesta edição, os capítulos focam na importância da arborização urbana para o bem estar da população, na participação popular nas discussões sobre a cidade, na problemática da existência de vazios urbanos em áreas urbanas consolidadas, nas estratégias de *city marketing*, na cidade global e demais temas que comprovam a multiplicidade de questões e formas de análise que envolvem a discussão sobre a vida urbana.

Por fim, são apresentados estudos sobre novas tecnologias e materiais voltados ao desenvolvimento sustentável, especialmente no tocante à gestão de resíduos da construção civil e à mitigação de riscos e desastres.

Convido você a aperfeiçoar seus conhecimentos e refletir com os temas aqui abordados. Boa leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CONTRIBUIÇÕES DOS ANAIS PARA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM ARQUITETURA E URBANISMO	
Sofia Pessoa Lira Souza Augusto Aragão Albuquerque	
DOI 10.22533/at.ed.6611917041	
CAPÍTULO 2	13
INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS E AS METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS ATIVAS NA ESCOLA DO SÉCULO XXI	
Roberta Betania Ferreira Squaiella Roberto Righi	
DOI 10.22533/at.ed.6611917042	
CAPÍTULO 3	29
PROJETO DO FÓRUM ELEITORAL DE AFUÁ, O LUGAR SOB O PONTO DE VISTA DOS USUÁRIOS	
Angelo Pio Passos Neto Ana Klaudia de Almeida Viana Perdigão	
DOI 10.22533/at.ed.6611917043	
CAPÍTULO 4	44
PROCESSO DE PROJETO CENTRADO NO USUÁRIO: PENSANDO A ACESSIBILIDADE	
Vanessa Goulart Dorneles Isabela Fernandes Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.6611917044	
CAPÍTULO 5	61
ACESSIBILIDADE NA RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO	
Lília Caroline de Moraes Cecília de Amorim Pereira Eduardo Raimundo Dias Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.6611917045	
CAPÍTULO 6	71
WRIGHT E SIZA: DOIS MUSEUS E O VISITANTE	
Andrya Campos Kohlmann Douglas Vieira de Aguiar	
DOI 10.22533/at.ed.6611917046	
CAPÍTULO 7	93
ENTRE O SÍMBOLO DO FASCIO - O PAVILHÃO FASCISTA EM SÃO PAULO	
Gustavo de Almeida Sampaio	
DOI 10.22533/at.ed.6611917047	

CAPÍTULO 8	106
A POESIA CÊNICA DE FLÁVIO IMPÉRIO: BREVE ANÁLISE DA CENOGRAFIA DE 'ROSA DOS VENTOS', DE MARIA BETHÂNIA (1971)	
Carlos Eduardo Ribeiro Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.6611917048	
CAPÍTULO 9	122
CURADORIA COLETIVA E MEDIAÇÃO CULTURAL NA ELABORAÇÃO DA EXPOSIÇÃO: "DO ECLETISMO AO CONTEMPORÂNEO"	
Alexandre Sônego Carvalho	
Ana A. Villanueva Rodrigues	
Geise Brizotti Pasquotto	
Jéssica Priscila Grando	
DOI 10.22533/at.ed.6611917049	
CAPÍTULO 10	131
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE NA AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO DE ECOVILAS: O CASO BEDZED	
Emiliana Rodrigues Costa	
Alexandre Pajeú Moura	
DOI 10.22533/at.ed.66119170410	
CAPÍTULO 11	145
WAYFINDING: FERRAMENTA DE PROJETOS NA GESTÃO HOSPITALAR	
Guilherme Gattás Bara	
José Gustavo Francis Abdalla	
Márcia Moreira Rangel	
DOI 10.22533/at.ed.66119170411	
CAPÍTULO 12	152
TRANSFORMATIONS TO THE CLOISTERS AND THRESHOLD OF PAVILIONS IN HOSPITALS OF MEXICO	
María Lilia González Servín	
DOI 10.22533/at.ed.66119170412	
CAPÍTULO 13	160
CONJUNTO ESCOLA PARQUE: PATRIMÔNIO MATERIAL DA BAHIA E REFERÊNCIA PARA CONJUNTOS ESCOLARES NO BRASIL	
Roberta Betania Ferreira Squaiella	
Roberto Righi	
DOI 10.22533/at.ed.66119170413	
CAPÍTULO 14	177
NOTAS PARA O ESTUDO DE CAPELAS DO CICLO DO OURO EM MINAS GERAIS	
Elio Moroni Filho	
DOI 10.22533/at.ed.66119170414	
CAPÍTULO 15	198
A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO EM COLATINA E SUA TRAJETÓRIA	
Alexandre Valbuza Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.66119170415	

CAPÍTULO 16	214
ESTUDO DAS ARGAMASSAS ANTIGAS DA IGREJA DE N. S ^a DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS EM SÃO CRISTÓVÃO SE/BR	
Eder D. da Silva Adriana D. Nogueira Taina G. dos Santos Gabriela de M. Rabelo Maisa da R. Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.66119170416	
CAPÍTULO 17	229
A INSERÇÃO DOS CEMITÉRIOS NA HISTÓRIA DA CIDADE DE BELÉM NO SÉCULO XIX	
Amanda Roberta de Castro Botelho	
DOI 10.22533/at.ed.66119170417	
CAPÍTULO 18	245
ITINERÁRIOS DA MEMÓRIA: O CEMITÉRIO COMO ESPAÇO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	
Marcelina Das Graças De Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.66119170418	
CAPÍTULO 19	257
AS TESSITURAS DA MEMÓRIA E A CONSTRUÇÃO IMAGINÁRIA DO ESPAÇO: HISTÓRIA ORAL E PATRIMÔNIO NA PEDREIRA PRADO LOPES	
Alexandra Nascimento Alex César de Oliveira Fonseca Ingrid Nayara Brito Jhonatan Ribeiro Santos Letícia Ferreira D'Angelo Martin Nicolas Rodriguez Stenia Carvalho Pessoa Talita Freitas de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.66119170419	
CAPÍTULO 20	272
O CRESCIMENTO DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL	
Monique Avelino Damaso	
DOI 10.22533/at.ed.66119170420	
CAPÍTULO 21	284
FESTA DE SANTA CRUZ EM OURO PRETOA TRADIÇÃO CULTURAL COMO ELEMENTO DE IDENTIDADE E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO PELA COMUNIDADE	
Letícia Campos Filgueiras Fabiana Mendes Tavares Jacques	
DOI 10.22533/at.ed.66119170421	
CAPÍTULO 22	300
MEMÓRIA OU NOSTALGIA? AS RELAÇÕES CIDADE-EMPRESA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: UM ESTUDO DE CASO DA SIDERURGIA EM MINAS GERAIS	
Ronaldo André Rodrigues da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.66119170422	

CAPÍTULO 23	315
UMA RUA DE MUITOS LUGARES - ROTEIRO PELO CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ	
Lúcia de Fátima Lobato Ferreira	
Francisco de Assis Pereira de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.66119170423	
CAPÍTULO 24	326
GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: DIAGNÓSTICO DA ATUAÇÃO DO ESTADO EM SÍTIO TOMBADO	
João Gustavo Andrade Silva	
DOI 10.22533/at.ed.66119170424	
CAPÍTULO 25	351
CONSELHO DE PATRIMÔNIO CULTURAL COMO AGENTE DA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E DA MEMÓRIA SOCIAL: ESTUDO DE CASO DO CMPC EM PIEDADE DO RIO GRANDE-MG	
Jucilaine Neves Sousa Wivaldo	
Gilson Camilo de Sousa Neto	
João Batista de Sousa Neto	
DOI 10.22533/at.ed.66119170425	
SOBRE A ORGANIZADORA	363

A INSERÇÃO DOS CEMITÉRIOS NA HISTÓRIA DA CIDADE DE BELÉM NO SÉCULO XIX

Amanda Roberta de Castro Botelho

Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo
Belém – Pará

RESUMO: Os cemitérios são espaços arquitetônicos que acompanham o desenvolvimento das cidades. Os processos de modificação cultural vividos pelas sociedades, principalmente na transição do século XVIII para o século XIX, traz ideologias inovadoras que alteram drasticamente os territórios visíveis das cidades. As novas ideologias de racionalização, avanço da medicina, secularização dos cemitérios e laicização do estado, trazem a sociedade oitocentista mudanças no modo de vida, que resultam em uma negação da morte e expulsão dos cemitérios, até então ao lado das igrejas, para os limites da cidade, transformando-os em territórios existentes, mas invisíveis ao centro urbano. Utilizando a História Urbana para ilustrar tais mudanças, estas ferramentas permitem uma amplitude mais interdisciplinar da pesquisa. Este trabalho tem como objetivo explicar as dinâmicas que ocorreram com a construção dos cemitérios e a cidade do século XIX, embasado no percurso de desenvolvimento das cidades. Para desenvolvimento deste trabalho, os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa histórica, através de

análises comparativas sobre os autores. Tanto a vida quanto a morte refletem a interação da arquitetura com a vida humana. Os contextos históricos, crenças, ciências, normas sanitárias e afins, interferem e constroem a concepção e execução dos cemitérios até os dias atuais.

PALAVRAS-CHAVE: História Urbana. Cemitérios Oitocentistas. Espaço Urbano. Século XIX. Belém-PA.

ABSTRACT: Cemeteries are architectural spaces that follow the development of cities. The processes of cultural change experienced by societies, especially in the transition from the eighteenth to the nineteenth century, bring innovative ideologies that drastically alter the visible territories of cities. The new ideologies of rationalization, the advancement of medicine, the secularization of cemeteries and the laicization of the state, bring the nineteenth century society changes in the way of life, which result in a denial of death and expulsion from cemeteries, until then alongside the churches, to the limits of the city, transforming them into existing territories, but invisible to the urban center. Using Urban History to illustrate such changes, these tools allow for a more interdisciplinary range of research. This work aims to explain the dynamics that occurred with the construction of cemeteries and the city of the nineteenth century, based on the course of

development of cities. For the development of this work, the methodological procedures used were the historical research, through comparative analyzes on the authors. Both life and death reflect the interaction of architecture with human life. Historical contexts, beliefs, sciences, sanitary norms and the like, interfere and construct the design and execution of cemeteries to the present day.

KEYWORDS: Urban History. 19th Century Cemeteries. Urban Space. XIX Century. Belém-PA.

1 | INTRODUÇÃO

Tendo conhecimento de que as discussões que envolve a cidade são diversas, a aliança entre a Arquitetura e a História, nos permite observar as multifacetadas interpretações da cidade, visto que a História nos define um eixo central nesses estudos de cidade e habitação, e a Arquitetura nos contempla com conhecimentos de ordem urbanística.

A cidade experimenta intervenções urbanas em consequência de interesses sociais e políticos, como coloca Monteiro (2012), quando explana sobre a cidade ser um “espectro a luz que projetamos sobre ela” (MONTEIRO, 2012, p.101), e com isto marcam fases distintas de sua própria história. Essas intervenções, no âmbito da História Urbana, sugerem sempre imagens positivas, em prol de um ideal de modernidade vivenciado no século XIX.

Este trabalho visa abordar uma perspectiva da cidade e os processos que a mesma experimenta, ocasionando mudanças na relação com os espaços fúnebres, tornando-os territórios visíveis ou não, de acordo com o significado da cidade em cada época, através da História Urbana, ferramenta que diante do debate de diversos paradigmas, nos permite compreender as motivações das transformações sociais e principalmente espaciais da cidade oitocentista.

A História Urbana é descrita para contextualizar todo o processo de desenvolvimento da disciplina, através de sua Historiografia, trazendo os aspectos numa escala global, Latina americana e brasileira. Os conceitos e abordagem são colocadas em debate por diversos autores, que fundamentam a disciplina, para que posteriormente se permita o entendimento do processo urbano, de viés mais particular, na relação dos cemitérios oitocentistas e a cidade.

As mudanças de costumes, principalmente de pensamento, foram características durante todo o século XIX. Os pensamentos racionais, surgidos em virtude do Iluminismo, moldaram espacialmente as cidades por um ideal de modernidade, que interferiu de maneira direta em espaços, antes participantes do convívio social, agora excluídos da sociedade. Esses movimentos sociais que estruturam o espaço urbano, são justificados pela História Urbana, que nasce envolta desses novos entendimentos sobre a cidade.

Os conceitos de modernidade, higienização, secularização e laicização são apontados brevemente neste artigo, visto que visam contextualizar as motivações

de mudanças que a sociedade oitocentista passava. Estes elementos, configuram as principais causas de modificações da visibilidade dos cemitérios diante da cidade no período em estudo, os tornando lotes desterritorializados e re-territorializados no percurso de expansão urbana das cidades, e principalmente na expansão territorial de Belém.

A História Urbana auxilia o entendimento dos processos urbanos ocorridos nos cemitérios do século XIX, quando as indagações referentes as mudanças sociais e espaciais das cidades foram transportadas para os pensamentos de modernidade sentidos por seus habitantes.

2 | OS PROCESSOS HISTORIOGRÁFICOS E CONCEITUAIS DA HISTÓRIA URBANA

As mudanças no crescimento das cidades no século XIX, em função das Revoluções (em especial a Industrial), instigaram o pensamento nas questões do passado e no planejamento da cidade, em prol da construção de uma cidade ideal. Neste mesmo século, “os governantes europeus tiveram a tarefa de ordenar, higienizar e pensar em soluções possíveis para a vida urbana” (RAMINELLI, 1997, p.271), ocasionando desta forma alterações profundas no espaço e na consciência urbana.

Os grupos sociais constroem a cidade quanto “tecido de relações sociais” (MONTEIRO, 2012), já que conferem sentidos e significados às práticas no espaço urbano, e também são constituídos por ela. Todas essas indagações e contextos sociais, possibilitaram a análise do objeto na perspectiva da História Urbana, que, pode ser resumida, de forma clara como “aquela que se centra na cidade e no processo de urbanização” (ALMANDOZ, 2004, p.115). As primeiras investigações referentes a este campo, são uma realidade surgida em meados do século XX, cuja abordagem anterior do urbano restringia-se a trabalhos de biografias urbanas, que eram narrativas cronológicas, como laudos sobre os acontecimentos e personagens relevantes para a sociedade local, e de história do urbanismo, que procurava estabelecer as formas e os modelos urbanos. Esse novo campo que se volta para o estudo das cidades de maneira mais ampla, surge com o objetivo de aprimorar o entendimento da relação entre mudança social, industrialização e urbanização, já que “a história urbana é, em certos termos, a história da construção da cidade, cujo elemento mais específico é dado por sua ênfase na forma física” (STAVE; STEIN, 1981, apud ALMANDOZ, 2004).

O campo de investigação da História Urbana, possui dificuldades de identificação, já que a designação feita por Almandoz (2004), também se designa a outras disciplinas que tratam do desenho e da administração pública. No campo da arquitetura e urbanismo, a produção esteve associada ao âmbito da história da arte, com pouca ênfase nos critérios econômicos, sociais e políticos, o que ocasiona até hoje, uma confusão referente aos objetivos reais da História Urbana. Somente em 1960, que a História Urbana se separa do planejamento, vinculando-se à arquitetura.

Desde há muito, a história de cidades se confunde com a própria história das civilizações e do território (História local, história dos países e das regiões). Gênero consagrado, as biografias urbanas, até as primeiras décadas do século XX, eram fundamentalmente obras não-especialistas em história, de caráter enaltecedor de uma determinada localidade, escritas em forma narrativa convencional, dando destaque à apresentação cronológica de fatos notáveis, personagens ilustres, sem generalizações nem abordagem de processos mais vastos. (SILVA, 2004, p. 152)

Uma questão de relevância sobre o tema, colocado por Silva (2004) é referente às duas vertentes da História Urbana relacionadas aos dois grupos vanguardistas, a “Cidade como Processo” e “Urban as a site”. A primeira, trabalhada pelo grupo da Universidade de Leicester, acredita que a cidade era um lugar central onde convergiam todos os interesses, sendo a mesma analisada sobre as particularidades da formação urbana e social, quanto que a segunda, vertente de New Urban History, onde a cidade é o lugar “onde os debates e transformações sociais acontecem” (SILVA, 2004).

Quanto à História Urbana na América Latina, a mesma adquiriu relevância a partir da História do Urbanismo, quando levada por arquitetos e desenhistas urbanos, surgindo através da transferência de modelos urbanísticos e cultura urbana, nos fins do século XIX, para o pensamento republicano, ganhando maior amadurecimento entre os anos de 1970 e 1980, porém com uma historiografia não vasta. Assim como a pesquisa da História Urbana no Brasil, que iniciou em 1980, é um campo em construção, a mesma teve o urbanismo como “porta de entrada” para o estudo da ciência da cidade. A “concordância acrítica” (FARIA, 2011) existente no Brasil, em função de um olhar unidirecional entre Brasil- Europa e Brasil-EUA, e a ligação fraca com a América Latina, dificultam as considerações sobre as particularidades locais.

Há uma concepção de que a História Urbana, deve ter Temáticas Generalistas (SILVA, 2004, p.155), e outra, que perpetuam o paradigma da disciplina, cujo defende a não necessidade de possuir revoluções econômicas e estruturais para modificar a forma de ver e viver na cidade e de que a análise individual de casos específicos é o que possibilita o estabelecimento de ligações entre todos os processos de urbanização.

O subcampo da História Cultural Urbana, Almandoz (2002), permite o estudo das cidades de maneira mais particular e abrindo-se a todas as disciplinas que discutem sobre a mesma, através da Micro-história. Na Micro-história “Há preferência pelo concreto sobre o esquemático, uma abertura à observação, e uma desconfiança existente a qualquer construção teórica que poderia provar ser restritiva.” (ALMANDOZ, 2002, p.29, tradução nossa). Essa preocupação da Micro-História com as formas culturais e tradicionais de grupos sociais não elitizados, foi fortalecida através da adição de documentos primários, como a literatura.

Essa vertente da Micro-história, a qual é, em boa parte, um questionamento conceitual e metodológico referente à perspectiva e escala de observatório tanto do objeto de estudo como de seus processos, intercepta-se como o que se denomina História Cultural Urbana, cuja especialidade vem sendo dada em grande parte pela

Através de abordagens heterogêneas, e interdisciplinares (HERSHBERG, 1983), há a produção de outras temáticas, que permitem novos rumos de pesquisa e se encarregam de discuti-la com grande amplitude. Essas novas abordagens apontadas por David Herlihy, citadas por Raminelli (1997) são referentes às funções da cidade e seu vínculo com o fomento da urbanização, os efeitos da vida urbana sobre os ciclos vitais dos indivíduos e as mudanças espaciais e ecológicas na cidade, provocadas pelo desenvolvimento econômico e social.

A História Urbana não é apenas o estudo que tematiza os processos econômicos, sociais e culturais que ocorrem no espaço da cidade, mas também os processos inversos, cuja a organização da sociedade, diante de sua formação no espaço urbana ao longo do tempo, se impõe. É importante que a História Urbana sempre esteja aberta, em progressivo crescimento, buscando novos alcances, métodos e fontes.

A história urbana tem um papel importante a desempenhar: é através da história que é possível aprender e compreender a nossa cultura, e tomar consciência da nossa tradição, que deve continuar a ser uma referência de base na construção da cidade de hoje. (TEIXEIRA, 2004, p. 111).

3 | A RELAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E A CIDADE ATRAVÉS DA HISTÓRIA URBANA

A alteração dos espaços fúnebres no entorno urbano e na cidade, tem a afirmativa de que a morte, como produto social, pode modificar o espaço das cidades. Partindo da premissa que as cidades se relacionam com a civilização que nela habita, Bonjardim, Bezerra e Vargas (2010), abordam conceito de “desterritorialização” (Retirada do espaço fúnebre do território central da cidade) e “re-territorialização”, (Remanejamento dos espaços fúnebres para zonas periféricas da cidade), que afirma a locomoção dos cemitérios em virtude dos processos históricos e sociais de firmamento desses espaços nas cidades brasileiras.

Devido a longevidade, as cidades acabam passando por muitos processos de territorialização, desterritorialização e re-territorialização de todo seu espaço. Esses processos acabam modificando também os espaços da morte, ora localizados nas cidades, ora ao redor destas sempre de acordo com a cultura da época. (BONJARDIM; BEZERRA; VARGAS, 2010, p.2)

Considerando o cemitério como um espaço que faz parte da vida cotidiana e que reflete nossa cultura, Carvalho (2012) defende que, os modos de vida da população, incluindo as práticas fúnebres, através das mudanças na cultura e identidade do povo, interferem na organização do espaço urbano, sendo essas modificações lentas ou rápidas, ocasionadas juntamente com mudanças do modo de produção. O extermínio de um modo de vida implica na dissolução de antigas condições de existência, onde essas alterações na sociedade acabam influenciando em outras tradições e

consequentemente no modo de encarar a morte e os espaços destinados a ela, os cemitérios.

A relação entre cidade e espaços de enterramento, são os fatores determinantes para o nascimento dos primeiros aglomerados humanos. Desde o homem de Neandertal que não necessitava mais viver trocando de morada, começaram a criar as comunidades em função do espaço que era destinado a colocação dos mortos. Esses espaços, os cemitérios coletivos do período Neolítico, seriam o início da formação das cidades, como explanado por Bonjardim, Bezerra e Vargas (2010).

Já para os Egípcios, na Antiguidade Oriental, com a fixação do homem e a criação das cidades, os lugares de enterramento dos mortos se tornaram importantes para a sociedade egípcia, visto que o povo tinha como principal característica a veneração de seus mortos, ocasionando assim, na ostentação e “território visível” no espaço urbano, ou seja, as pirâmides faziam parte da rotina social da cidade.

Na cultura da Grécia e Roma, o foco era no poder dos homens, renegando o poder social imposto aos mortos como nos períodos anteriores. Os mortos eram sepultados nas estradas e precisavam estar distantes para não influenciar na vida do outro e consequentemente na dinâmica social da cidade. Como Bonjardim, Bezerra e Vargas (2010) afirmam, “...a morte neste período não fazia parte das cidades enquanto território visível, esse estava localizado afastado do convívio dos humanos, principalmente nos campos e estradas ao redor da cidade” (BONJARDIM; BEZERRA; VARGAS, 2010, p.4).

Na legitimação do cristianismo, o espaço das igrejas se tornam o centro gravitacional, que determina todas as funções da cidade. As construções dos equipamentos urbanos se fazem próximo ao centro de poder da cidade, as igrejas, incluindo os cemitérios que estavam presentes no interior ou ao redor das mesmas.

Dessa forma, as igrejas se apropriaram da morte, territorializaram a morte, anexando ao espaço sagrado o território mortuário. Isto porque a igreja construiu, seu espaço sagrado e desenvolveu praticas para controlar o território. (BONJARDIM; BEZERRA; VARGAS, 2010, p.5)

As cidades cristãs vão ser um “território visível” da morte, onde a modulação das mesmas vai ocorrer em função da localização das igrejas e consequentemente dos cemitérios, ou seja, os cemitérios estruturam e identificam essas cidades. Neste momento, o lugar específico de sepultamento coletivo, é estritamente ligado ao edifício eclesiástico, sendo um território inextricavelmente ligado as igrejas. O oposto ao conceito colocado a cima, refere-se a espaços que são invisíveis a vivencia e cotidiano da sociedade, ou seja, os “territórios invisíveis”.

A paisagem da cidade volta a se modificar no Século XIX, através do “desejo universal de modernizar as cidades” (SALGUEIRO, 2001), quando há a necessidade da dissociação dos cemitérios da igreja, modificando os costumes da época e causando revolta na população. Além disso, com os avanços dos estudos médicos

sobre os surtos epidemiológicos, constataram a necessidade do afastamento desses espaços do núcleo urbano, em função da insalubridade e proliferação de doenças dos mortos para os vivos. Essa desterritorialização da morte nas cidades, principalmente oitocentistas, são ocasionadas pela mudança nas atitudes das sociedades cristãs em decorrência dos surtos epidemiológicos.

A diminuição do território da igreja reorganiza espaço das cidades. Primeiro, os cemitérios deixam igrejas e sua área circundante e são transferidos para áreas distantes dos aglomerados. Depois, as áreas circundantes das igrejas são transformadas em habitações, praças, áreas de lazer, etc. A morte re-territorializada longe os aglomerados seguindo normas sanitárias de construção, sobretudo com relação ao tipo e inclinação do terreno. A desterritorialização se segue em re-territorialização, pois não há “fim de território”. Essa mudança no local dos enterramentos causa uma mudança na organização das cidades. (BONJARDIM; BEZERRA; VARGAS, 2010, p.9)

No termo “laicização do campo santo”, Cabaço (2009) confirma as modificações no modo de vida, preferencialmente no campo da religião, quando um estado laico regulamenta ações científicas, com bases médicas, em um espaço com regras anteriores ditadas pela Igreja.

A laicização da sociedade no final do século XVIII, se revela através do discurso médico que preconizava a higienização e a necessidade de percorrer contra os perigos dos odores e humores pestilentos emanados pelos corpos em decomposição no interior das igrejas. (ALMEIDA, 2013, p. 140).

A posterior relação dos cemitérios com o entorno urbano no século XX e XXI, formula uma nova reorganização do espaço urbano, onde os cemitérios anteriormente localizados distantes da cidade, estão sendo incorporados por ela, retomando os problemas de higiene e superlotação (Bonjardim; Bezerra; Vargas, 2010). Além disso Cabaço (2009), justifica este processo, pela existência de negação da morte nas cidades ocidentais em encarar os acontecimentos que envolvem o processo de fatalidade, fazendo com isso os espaços contribuírem para essa repulsa.

Nas áreas dos cemitérios, anteriormente alojados fora do perímetro urbano das cidades, Carvalho (2012) afirma que há a instalação de bairros periféricos e clandestinos, já que o problema dos cemitérios urbanos está em que os mesmos não são concebidos para aproxima-los em relação ao sistema urbano, mas pretendem o seu distanciamento.

“Essa relação entre cidade e cemitérios na atualidade está delimitada em função de não se considerar esses espaços como parte do planejamento urbanístico” (CABAÇO, 2009), como se a arquitetura fosse responsável pelo o que é digno a cidade, e não pelo o que deve integra-la, banindo assim a cidade de tudo que a sociedade nega ou prefere esquecer, tornando-a uma cidade ideal.

A morte é um acontecimento em constante mudança, e ela muda o modo de vida

das pessoas, que conseqüentemente muda o espaço de enterrar, já que a organização dos espaços é fruto da cultura da época. Essa modificação do modo de vida pode alterar a paisagem visível, a estrutura e os processos existentes das cidades.

Quanto as motivações para a mudança do modo de vida retratadas nas desterritorializações dos cemitérios na cidade do século XIX, podemos expressar a cidade por diversas definições, mas principalmente como as “cidades capitais do século XIX” (SALGUEIRO, 2001).

Fortemente influenciadas por Paris, a cidade emblema da modernidade, as cidades procuram esquecer a “cidade de ontem” (ZUCCONI, 2009), em prol de projetar e viver uma cidade ideal, sendo uma manifestação utópica caracterizando um traço da humanidade que é “a decepção com o presente defeituoso, do qual emergem os impulsos de repensar o existente, o real vivido, ancorados no desejo de que algo ainda inexistente possa vir a realizar. O presente defeituoso a ser substituído por um futuro perfeito” (SAMPAIO, 1996, p.55). Esta paisagem da cidade, foi configurada através da formação de arquétipos universais, produzidos em Paris, mas transferidos por todo o mundo.

Para Coimbra (2014), esses anseios de futuro perfeito, são impulsionados pela industrialização, que transforma a cidade em um “formigueiro humano”, próprio para desenvolver pestes, insalubridade e miséria, e resultando espacialmente nas cidades, a criação de vielas pouco salubres. A partir deste ideário, combinando com elementos políticos e a conjectura econômica, inicia-se o processo de modernização do espaço urbano, e a transferência de ideais de modernidade.

A modernidade constrói uma nova ordem, onde rompe com as anteriores tratadas como retrógradas, tradicionais e provinciais, e que é fomentada por diversos avanços tecnológicos da época. Para Oliveira (2009), esta modernidade não se basta na mudança, mas na sucessão de acontecimentos, que são a difusão de produtos de racionalidade técnica, construtiva, científica e administrativa. Além disso, os modos de vida produzidos pela modernidade têm a capacidade de desvencilhar todos os tipos tradicionais de ordem social.

A cidade que irá produzir a modernidade, será o caminho para chegar a modernização, não sua consequência, sendo a cidade um objeto privilegiado dessa modernização. Contextualmente, a modernidade advém do Ethos cultural, do conjunto de costumes culturais, que vem generalizando e se institucionalizando desde sua origem europeia, e a modernização, são processos que continuam transformando materialmente o mundo (GORELIK, 1999).

Diante dessas mudanças que marcaram o século XIX, em diversas cidades que clamavam por modernidade, o aumento populacional nos séculos XVII e XVIII somado a uma urbanização crescente gerou uma sensibilidade na “impropriedade dos sepultamentos ad sanctos” (ALMEIDA, 2012, p.1), tendo em vista que transformar os templos em um lugar de repositórios de corpos, era oposto do que era civilizado, moderno e adequado ao progresso humano. Como visto, as preocupações com

a higiene, foram os anseios primordiais para a modificação das cidades, podendo afirmar que antes mesmo da modernidade ser desejada pelas cidades do século XIX, o Higienismo foi o elemento de maior sonho ideológico da sociedade oitocentista, visto que em função deste, justificaram as mudanças de “salubrificação” (SALGUEIRO, 2001) no espaço urbano. Os cemitérios foram um dos primeiros equipamentos urbanos a se modificarem, em prol dessa limpeza higienista nas cidades.

O movimento higienista foi pautado na teoria miasmática, que defendia que as substâncias em decomposição, mesmo que presente em pequenas camadas na atmosfera, seriam capazes de provocar no organismo dos indivíduos, patologias derivadas do contato destes com o meio ambiente contaminado. Este movimento, que tinha como responsável o poder público, não se preocupava somente com o bem-estar do indivíduo, mas principalmente, com o “estado higiênico do conjunto de estabelecimentos, das ruas, dos rios, do ar, enfim da cidade como um todo” (MURILHA, 2011), e direcionava a construção de diversas edificações, assim como os espaços de sepultamento. No século XIX, os profissionais europeus seguem os princípios higiênico-sanitaristas no meio urbano, pautados no movimento higienista do século XVIII, instrumentalizados e transformados em dispositivos normativos e legais.

No Brasil, as práticas sanitárias foram pautadas na teoria miasmática e os municípios foram divididos em distritos sanitários, e através da presença de engenheiros, modificaram as atitudes sobre as questões de saneamento e higiene dos lares e das cidades, a partir de meados do século XIX, através da legislação das cidades. Os médicos não se restringiam em cuidar dos aspectos clínicos, mas também definiam o espaço social e conseqüentemente o espaço físico.

Outra vertente que esta modernidade oitocentista traz é a secularização do Estado brasileiro, que nos aspectos cemiteriais, absorve o registro sobre a morte e seus espaços, já na virada do oitocentos. Entretanto em virtude das permanências de costumes, o poder eclesiástico continua influenciando o poder laico, sobretudo nos cemitérios, e só há a secularização efetiva com a Proclamação da República e com a promulgação da primeira constituição republicana. Somente em 1870, que o movimento para retirada completa da Igreja da gestão dos cemitérios, segundo Garcia (2006), foi intensificado, demonstrando a intensa luta pela não separação da Igreja e Estado.

A Secularização aborda a ruptura, mesmo que teórica, do estado e a igreja, surgida no século XIX. Desta ruptura, se permite a criação de espaços laicos, em especial os cemitérios, que antes eram dominados, configurados e tinham seus rituais, fundamentados em padrões eclesiásticos. A laicização dos cemitérios, de maneira global, foi consolidada em culminância da Revolução Francesa (1789), quando se impôs um novo modelo de organização social que acabou influenciando no culto dos mortos.

A Laicização, é um instrumento constitucional, o qual permite a independência em relação a religião católica. Esta ideologia positivista, segundo Leite (2011), não fez

com que o Brasil, deixasse de ser um país católico, porém diminuiu a intervenção da igreja perante as decisões do estado, já que a mesma tinha quase decisão absoluta sobre diversas questões governamentais no período imperial.

No aspecto de Belém do século XIX, assim como em outras cidades brasileiras, ter civilidade era possuir todos estes comportamentos modernos, higienistas, secularizados e laicistas, que criassem correlações com a imagem de outras nações vistas como centros irradiadores de cultura, tornando assim os cemitérios de Belém e a própria cidade, referencias de uma cidade capital do século XIX.

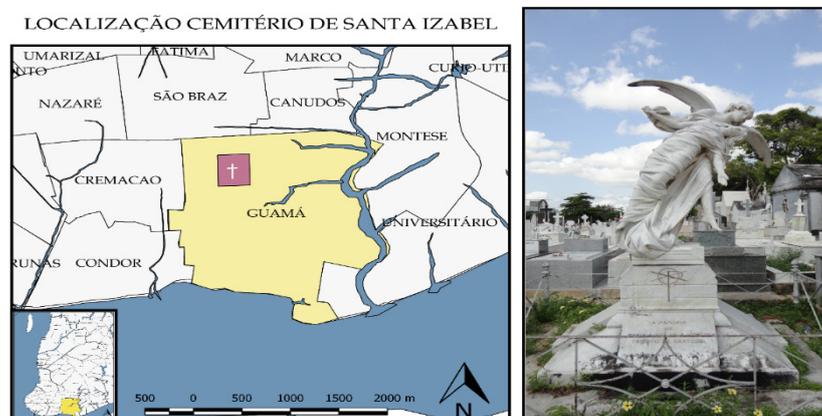
4 | A RELAÇÃO DOS CEMITÉRIOS DE NOSSA SENHORA DA SOLEDADE E SANTA IZABEL COM A CIDADE DE BELÉM NO SÉCULO XIX

Os Cemitérios oitocentistas de Belém que foram fincados como “território invisível” e como equipamento secularizado, territorialmente a partir do século XIX, se consolidam com a imagem de lote cemiterial na cidade, sendo este lote restrito exclusivamente para rituais fúnebres, que visualizamos ainda hoje (Fig. 1 e Fig. 2).



1. Localização e mausoléu do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade.

Elaborada Pela Autora, 2018.



2. Localização e túmulo do Cemitério de Santa Izabel.

Elaborada Pela Autora, 2018.

Tomando posse dos conceitos de Desterritorialização e Re-territorialização, elencados por Bonjardim, Bezerra e Vargas (2010), no início do século XIX, o Cemitério como equipamento urbano em Belém, sofre uma desterritorialização, ao sair da paisagem cotidiana da cidade através do interior e arredores das igrejas, visto que modelos implantados em Paris, começam a ser transferidos para todo mundo, disseminando novos ideais de higiene.

Um viés determinante nos processos de modernização das cidades, são as epidemias e pestes, que assombravam a realidade oitocentista de várias cidades no mundo. Em Belém, a Febre Amarela e a Cólera devastam um terço da população local, e impulsiona medidas mais radicais quanto aos enterramentos em lugares específicos, consolidando desta forma a desterritorialização do Cemitério eclesiástico, para um novo lote, demarcado na malha da cidade, com propostas higienistas, em que se pretende, além de dá um pontapé inicial para uma Belém moderna, que se consagrará, nos finais do século XIX e início do Século XX, cessar as insatisfações de ordem higiênicas e políticas da população belenense com a província.

Em 1850, observa-se a re-territorialização do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade, se tornando no passar dos anos, e com a imposição de leis municipais para a utilização dele, um novo território visível e integrante da Belém de meados do século XIX, fazendo parte da coletânea do Álbum de Belém de 15 de novembro de 1902 e se tornando um lote hierarquizado e seletivo (Fig. 3).



3. Imagem do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade inclusa no Álbum de Belém.

BELÉM, 1902, p. 21.

As pesquisas e aprimoramentos, referente às práticas médicas seguem durante o século XIX, assim como, Belém inicia sua propulsão econômica com o

início da exploração da Borracha. Essas questões se tornam diretrizes de uma nova desterritorialização e re-territorialização dos cemitérios do século XIX de Belém.

O impulso econômico da Borracha, permite a expansão territorial da cidade de Belém, transformando bairros, como Batista Campos, Nazaré e Reduto, bairros centrais, cujo nos anos anteriores eram tratados como subúrbios (rocinhas). Essa expansão, aliada a preocupações com uma nova epidemia que se alastrava pela cidade, a Varíola, preconizam a re-territorialização em 1878 do Cemitério de Santa Izabel, no até então nada povoado bairro do Guamá (Fig. 4).



4. Entrada atual do cemitério de Santa Izabel.

Acervo Da Autora, 2015.

Assim como o Cemitério de Soledade 28 anos antes, teve sua localização definida por conceitos de Modernidade, Higienismo, Laicização e Secularização, vigentes das utopias europeias do século XIX, sendo manifestado espacialmente na cidade, em um local distante, um subúrbio, que posteriormente se transformaria no bairro de Batista Campos, o Cemitério de Santa Izabel, tem o seu lote demarcado seguindo os mesmos preceitos, onde o lote cemiterial do referido Cemitério se localiza isolado das demais quadriculas.

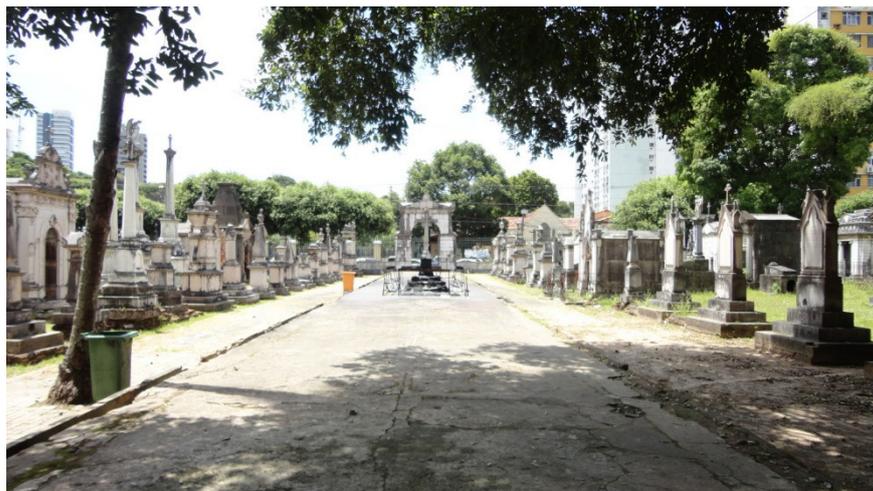
Diante desta expansão esperada da cidade de Belém, que durante o século XIX, teve avanços territoriais consideráveis pautados no ideal de modernidade do século, o período de exploração da Borracha, que além de promover a imigração de diversos trabalhadores e investidores para Belém, melhorou a dinâmica econômica na cidade, o que possibilitou, além da expansão territorial, o melhoramento das avenidas e demais equipamentos urbanos, na virada do século XIX para o XX.

Como referido anteriormente, o Cemitério da Soledade em 1880, se situa em uma região em consolidação, o bairro de Batista Campos. Em detrimento desta conjectura inerente ao processo de ocupação do território, de crescimento populacional e ao aterramento do alagado do Pirí, em 1803, que anteriormente limitava o crescimento da cidade de Belém, o Cemitério da Soledade é fechado para enterramento, visto que

a manutenção das atividades do mesmo, em ambiente já habitado, ia contrária aos ideais de modernidade tão preconizados para a inauguração do mesmo somente 30 anos antes. Além disso, com a comissão médica que prescreveu o fechamento do mesmo, as missões higienistas na cidade permaneceram ativas, sendo continuadas até o século XX, com transformações nos traçados viários em prol de uma modernidade salutar.

A constante aglomeração urbana é, sem dúvida, a responsável pelo atual rearranjo socioespacial em que os cemitérios se encontram, pois, se antes eles eram edificadas em ambiente extracitadinos, hoje fazem parte definitiva da geografia urbana, com muitos deles atualmente localizados nas zonas centrais das cidades. (SOUZA; RIBEIRO FILHO, 2016, p.7)

Nesta circunstância, o cemitério não é desterritorializado, visto que não há mudanças em seu lote, porém o Cemitério da Soledade, volta a ser um território invisível perante as suas atividades interrompidas, mas paradoxalmente permanece sendo um território-lote visível e presente na cidade, como uma caixa de memórias congeladas no tempo daqueles que tiveram entes enterrados no seu solo (Fig. 5).



5. Circulação principal do Cemitério da Soledade atualmente.

Acervo Da Autora, 2015.

No aspecto da cidade, há a re-territorialização do território invisível do Cemitério de Belém, Santa Izabel, que enfatiza mesmo que no fim do século XIX, o padrão de expulsão dos lotes cemiteriais dos centros urbanos. É importante ressaltar que o processo de modernização de Belém, nessa virada do século, toma sentidos opostos a localização do bairro do Guamá, cujo a planificação do bairro do Marco, possibilita os avanços expansionista da cidade em sentido Norte e Leste, mantendo assim um teor suburbano periférico ao bairro em que o Cemitério se situa, até meados do século XX.

Diante de todas estas questões colocadas acima, é importante compreender que as mudanças urbanas que Belém viveu, em prol de se tornar uma cidade moderna está pautada, no consciente da sociedade do lugar perfeito, a cidade ideal. A racionalização

da vida urbana tem um pressuposto basilar na cidade igualitária, justa e perfeita, onde tudo se encontra uniforme para evitar a conturbação e a anarquia. “ A cidade ideal aparece historicamente como superação da cidade real” (SAMPAIO, 1996, P.55), e esta afirmação é vista através da apropriação da Cartografia de Belém, onde em um determinado período (o auge das importações de modelos) há uma sobreposição da cidade projetada, ideal, sobre a real, através dos planos urbanísticos de Antônio Lemos, e representados graficamente nos Plantas de Nina Ribeiro (1899) e José Sidrin (1905). Através da cidade utópica, que se defende a transferência de modelos higienistas para a cidade e para o cemitério.

Quando voltamos para a cidade real de Belém, notamos que a cidade utópica não foi um pensamento em larga escala para a cidade como um todo, mas sim modelos geométricos importados implantados em determinados pontos e lugares, criando assim a noção de centro e subúrbio. Voltando para o aspecto de territórios visíveis da cidade, o centro urbano, possui todas as atividades que uma cidade moderna se orgulha de ter, como o comércio, o lazer e afins. Entretanto, o subúrbio, que só não é esquecido pelos planos em função dos transportes dos bondes elétricos, no caso de Belém, onde há um único ponto de bonde que chega no Cemitério de Santa Izabel no fim do século XIX, ou seja, o pouco habitado bairro do Guamá, fica restrito as atividades que não são consideradas higiênicas, como os cemitérios, o forno crematório e etc.

Esta análise tem como objetivo gerar a conclusão de que os cemitérios são transferidos para a extremidade da cidade, significando isto uma representação social da população em relação à morte, agora pautada em conceitos de Modernidade, Higienização, Secularização e Laicização.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde dos primórdios da existência humana o conceito da transição para a morte interfere nas práticas mortuárias das pessoas e até nas cidades. Além disso, novas tecnologias construtivas, normas sanitárias, crescimento populacional e principalmente governo ou clero, são os responsáveis pelo rumo que os cemitérios tiveram na cidade no decorrer da história. A localização dos espaços fúnebres do século XIX em Belém, seguiram os caminhos pautados nos ideais de higienização, salubridade, avanços na medicina, expansão urbana e de dessacralização dos cemitérios, vivenciada por uma cidade que clamava por modernidade e renegava o espaço da morte em um território visível da cidade.

Quando esses parâmetros estão voltados para a relação da cidade de Belém com os cemitérios do século XIX, sendo expressa na relação do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade com o bairro de Batista Campos e o Cemitério de Santa Izabel com o bairro do Guamá, os processos históricos vividos pelos cemitérios em estudo, relatam os mesmos processos que outras cidades brasileiras sofreram, como colocadas por Bonjardim, Bezerra e Vargas (2010), passando a ser espaços invisíveis

e periféricos da cidade, situando estes espaços no limite urbano da cidade, sendo eles rejeitados pela população na sua dinâmica social.

É interessante notar que os Cemitérios de Belém, foram impulsionados, demarcados e situados assim como diversos cemitério oitocentistas surgidos no mundo, entretanto a particularidade da população paraense, a sua história e sua cultura, não pode ser desconsiderada, na implantação e aceitação do mesmo, que mesmo contrariada, se viu obrigada a mudar o costume fúnebre. Essa conclusão só foi possível de ser identificada através da utilização da História Urbana como ferramenta de compreensão da História da cidade e os processos sociais que a mesma passou.

REFERÊNCIAS

ALMANDOZ, Arturo. **Notas sobre historia cultural urbana:** Uma perspectiva latinoamericana. Perspectivas Urbanas/ Urban Perspectives. Barcelona: ETSAV, N.1, pp.29-39, 2002.

ALMANDOZ, Arturo. **Revisão historiográfica urbana na América hispânica, 1960-2000.** In: [PINHEIRO, Eloísa Petti; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (org.)]. A cidade como História: Os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo. Salvador: EDUFBA, 2004. pp. 117-150.

ALMEIDA, Marcelina das Graças de. **Cemitério e Cidade:** a Nova Capital e o lugar dos mortos. Revista Inter-Legere. Natal: [s.n.], Vol. 12, pp. 137-156, 2013.

ALMEIDA, Marcelina das Graças de. **Cemitérios oitocentistas, culto, fé e patrimônio:** experiências intercambiantes. In: XIII SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES, 13, 2012, São Luís. Anais.... São Luís: [s.n.], pp. 1 – 10, 2012.

BELÉM. Intendente Municipal (1898-1911: A. J. de Lemos). Álbum de Belém: 15 de novembro de 1902. Paris: P. Renouard, 1902. 104 p. il.

BONJARDIM, Solimar Guindo Messias; BEZERRA, Daniel de Castro; VARGAS, Maria Augusta Mundim. **A morte do cristão em transformação:** as cidades e o espaço da morte. Fênix-Revista de História e Estudos Sociais. Uberlândia: [s.n.], Vol. 7, N. 2, pp.1-21, ago. 2010.

CABAÇO, Patrícia Gonçalves. **Cemitérios Municipais de Lisboa:** Estratégias de Articulação entre Thanatos e Polis. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 2009.

CARVALHO, Hugo Pereira de. **A inclusão do cemitério no espaço da cidade.** Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 2012.

COIMBRA, Adriana Modesto. **A cidade como narrativa:** Francisco Bolonha e o papel da arquitetura e da engenharia no processo de modernização da cidade de Belém- 1897-1938. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014.

FARIA, Rodrigo Santos de. **O urbanismo e os urbanistas na história urbana brasileira:** percursos e perguntas para pensar a história urbana da América Latina. Risco. São Carlos: [s.n.], Vol. 14, N. 2, pp.6-14, dez. 2011.

GARCIA, Valéria Eugênia. **O cotidiano na separação entre igreja e cemitério:** um exercício de investigação metodológica. Monografia (Especialização) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

GORELIK, Adrián. **O moderno em debate:** cidade, modernidade, modernização. In: [MELO, Wander Miranda (ed.)]. Narrativas da modernidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1999.

HERSHBERG, T. **The future of urban history.** In: [FRASER, D. e SUTCLIFFE, A. (eds.)] The pursuit of urban history. Londres: Edward Arnold Ltd, 1983.

LEITE, Fábio Carvalho. **O Laicismo e outros exageros sobre a Primeira República no Brasil.** Religião e Sociedade. Rio de Janeiro: [s.n.], Vol. 31, N. 1, pp.32-60, 2011.

MONTEIRO, Charles. **Entre História Urbana e História da Cidade:** Questões e Debates. Oficina do Historiador. Porto Alegre: EDIPUCRS, Vol. 5, N. 1, pp.101-112, jan. /jun. 2012.

MURILHA, Douglas. **O Higienismo e a construção dos matadouros e mercados públicos.** Dissertação (Mestrado) - Curso de Urbanismo, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2011.

OLIVEIRA, José de Arimatéa Vitoriano de. **Uma cidade em construção:** modernidade, cotidiano e imaginário na Fortaleza de finais do século XIX e princípios do século XX. Revista Espacialidades. [S.l.]: [s.n.], Vol. 2, N. 1, pp.1-31, 2009.

RAMINELLI, Ronald. **História Urbana.** In: [CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo]. Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. Cap. 7. pp. 271-296.

SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). **Cidades Capitais do século XIX:** Racionalidade, Cosmopolitismo e Transferência de Modelos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. 181 p.

SAMPAIO, Antonio Heliodório Lima. **Cidade ideal, Imaginação e Realidade.** Rua 6: Revista de Urbanismo e Arquitetura. [S.l.]: [s.n.], Vol. 4, N. 1, pp.54-65, jan. 1996.

SILVA, Luís Octávio da. **Cidade e História:** Um olhar epistemológico. In: [PINHEIRO, Eloísa Petti; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (org.)]. A cidade como História: Os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo. Salvador: EDUFBA, 2004. pp. 151-173.

SOUZA, Ivanaíla de Jesus; RIBEIRO FILHO, Francisco Gomes. **Geografia e espacialização da morte.** In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 18, 2016, São Luís. Anais... São Luís: [s.n.], pp. 1 – 11, 2016.

TEIXEIRA, Manuel C. **História Urbana em Portugal, os últimos dez anos: 1992-2002.** In: [PINHEIRO, Eloísa Petti; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras]. A cidade como História: Os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo. Salvador: EDUFBA, 2004. pp. 91-116.

ZUCCONI, Guido. **A cidade do Século XIX/** Guido Zucconi; [tradução e notas Marisa Barda]. São Paulo: Perspectiva, 2009. 205 p.- (Debates;319).

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-266-1

